

Asfeb assegura sucesso de Congresso da Febrafite

Páginas 8, 9, 10 e 11

Asfeb estuda ampliação de coberturas e programas de prevenção.

Página 3

Forró da Asfeb comemora união de todos os integrantes da Fazenda.

Páginas 6 e 7

Chegamos ao final do primeiro semestre de 2007, vivenciando a nossa associação com um maior grau de equilíbrio e solidez. Não temos medido esforços para dotar a instituição de uma gestão cada vez mais profissional e moderna. E os resultados estão sendo colhidos. Após seis meses sem reajuste, a cota deste trimestre foi reduzida em razão da otimização dos gastos com os serviços médico-hospitalares. Várias iniciativas foram tomadas com esse objetivo, como a criação da gerência médica, que realiza um trabalho importante no acompanhamento de custos, e a negociação de preços e pacotes de procedimentos.

Dentro desta perspectiva, a diretoria da Asfeb está promovendo estudos voltados a ampliar coberturas de procedimentos relativos a novas tecnologias aplicadas à saúde e a ofertar uma assistência integral aos associados, particularmente no que diz respeito à prevenção de doenças. Aprovado em Assembléia Geral, o Fundo de Estabilização de Cota, por sua vez, teve seus primeiros depósitos, que já perfazem o valor de mais de R\$ 400 mil. O nosso Fundo Reserva, por outro lado, conta com depósitos no valor total de cerca de R\$ 3,7 milhões. Em outras palavras, temos hoje mais de R\$ 4 milhões em reservas.

Realizamos em junho a maior festa do grupo fisco baiano, o Forró da Asfeb - um encontro não só entre colegas como entre familiares dos associados. Mantivemos a tradição da nossa Associação de realizar uma festa democrática, aberta a todos os trabalhadores da Sefaz e, este ano, também aos gestores governamentais.

Do ponto de vista de encontros da categoria, tivemos também em junho a honra de sediar, em Salvador, o VI Congresso Nacional da Febrafite, criando assim uma oportunidade rara para o grupo fisco baiano debater e trocar experiências com colegas dos fiscos estaduais de todo o país. Entre os temas debatidos na ocasião, destacamos a defesa da autonomia orçamentária e administrativa do fisco como condição indispensável ao pleno funcionamento desta função essencial para o Estado, aquele que lhe garante os recursos necessários aos investimentos socioeconômicos, e a participação política do fisco, como o caminho para um diálogo mais direto da categoria com os poderes Executivo e Legislativo.

Cleudes Cerqueira de Freitas
Presidente da Asfeb

EXPEDIENTE

ASFEB

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente
 Cleudes Cerqueira de Freitas
Vice-Presidente
 Luis Henrique G. Brandão
Secretária Geral
 Wadja de Souza Barboza
Diretor Administrativo e Financeiro
 Domenico Fioravanti
Diretor Jurídico
 Jorge Luiz Santos Gonzaga
Diretor Social, de Cultura e Esportes
 Eraldo Bispo de Santana

DIRETORIAS REGIONAIS

Norte
 Jurema Costa Batista
Nordeste
 Alex Guimarães de Araújo
Oeste
 Manoel Felipe de Carvalho Neto
Sudeste
 Renato Reis Diniz da Silva
Centro-Oeste
 Hugo C. Oliveira Melo
Paraguaiçu
 Josellton da Silva
Sul
 Maria de Jesus Santos Novaes

CONSELHO DELIBERATIVO

Amires R. Silvano,
 Antonio Fernando R. Almeida,
 Carlos Alberto M. Pinheiro,
 Edson Lima,
 Giovanni A. Silva,
 Joaquim Amaral Filho,
 Juvêncio Ruy C. Neves,
 Marcos Carneiro,
 Sérgio Furquim,
 Washington Bahia,
 Vladimir M. Moreira.

CONSELHO FISCAL

Antonio Carlos Batista Neves,
 Honorina Maria Maia Cerqueira,
 José Arnaldo Reis Cruz

Redação e Edição

Fred Burgos
Editoração
 Yoemi e Ko Artes Visuais
Fotos
 Wilson Militão
Fotolito e Impressão
 Bigraf
Tiragem
 4.000 exemplares

SERVIÇOS CÁRDIO-TORÁDICOS

A Asfeb solicita aos beneficiários do seu plano de saúde que, em caso de necessidade de utilização de serviços cirúrgicos cárdio-torácicos, entrem em contato com a Central de Atendimento, pelo telefone (71) 2201-2221, para que recebam orientação para a realização do procedimento dentro das normas previstas no Regulamento do Asfeb Saúde.

Na Bahia, há cerca de cinco anos, foi criada uma cooperativa congregando quase que 100% dos cirurgiões cardiologistas e torácicos. Segundo o vice-presidente da Asfeb, Luis Henrique Brandão, esses profissionais não são credenciados a nenhum plano e nem acatam a tabela de Classificação Brasileira Hierárquica de Procedimentos Médicos (CBHPM), da Associação Médica Brasileira. Cobram direto ao paciente valores que podem chegar a três vezes os valores definidos pela CBHPM. O Ministério Público está analisando a possibilidade de configuração de cartel por parte da cooperativa, prática considerada abusiva do ponto de vista do direito do consumidor. A situação vivenciada pelos beneficiários do Asfeb Saúde quanto à utilização de serviços cirúrgicos cárdio-torácicos é igual a de todos os outros planos de saúde.



Diretoria estuda ampliação de coberturas e programas preventivos

A diretoria está estudando inovações no Regulamento do Asfeb Saúde, com o propósito de ampliar coberturas de procedimentos relativos a novas tecnologias aplicadas à saúde e também pela necessidade de ofertar uma assistência integral aos associados. A diretoria está analisando ainda a possibilidade de redução do impacto da co-participação para os beneficiários, a partir da adoção de programas de prevenção a doenças. As propostas de alteração estão sendo analisadas e depois serão submetidas à avaliação dos associados em Assembléia Geral Extraordinária.

O presidente da Asfeb, Cleudes Freitas, informa que está sendo estudada, por exemplo, a instituição de um programa para portadores de doenças crônicas voltado à melhoria da qualidade de vida, com redução de co-participação nos procedimentos relacionados à patologia para aqueles que aderirem ao programa. "A assistência à saúde é algo de grande dinâmica e exige dos gestores uma vigilância contínua, no sentido de buscar caminhos que garantam o melhor atendimento aos beneficiários e, ao mesmo tempo, a sustentabilidade do plano", observa.

A última reforma do Regulamento do Asfeb Saúde ocorreu no final do segundo semestre de 2006, motivada pela necessidade de conter o nível de cobertura para a preservação da saúde financeira do plano. "Há momentos para restringir e outros para abrir. Estamos em regime de condomínio. Neste contexto, a categoria está há muito tempo sem reajuste salarial. Como não podemos aumentar a mensalidade, precisamos tomar medidas de contenção que viabilizem a sustentabilidade do plano", diz Cleudes Freitas.

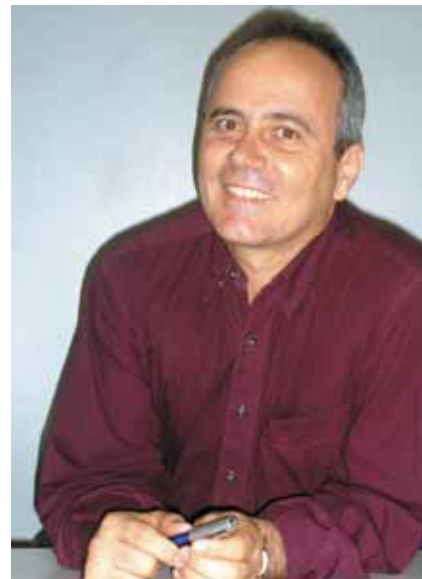
Segundo o vice-presidente da Asfeb, Luís Henrique Brandão, outra alteração que está sendo avaliada é o desenvolvimento de programas preventivos, a serem implementados inicialmente junto aos beneficiários que tenham a partir dos 60 anos de idade, grupo que demanda maior atenção



Cleudes: avaliação em Assembléia

à saúde. Já o diretor administrativo-financeiro, Domenico Fioravanti, informa que neste momento está se buscando predefinir quais os exames indispensáveis que devem ser realizados anualmente para as faixas etárias a partir de 60 anos. "E assim pretendemos propor uma redução de até 50% na co-participação para aqueles que aderirem ao programa", observa Domenico.

A iniciativa da diretoria é respaldada pela constatação de que, quando se trabalha com medicina preventiva, o ín-



Domenico: ênfase na prevenção

dice de ocorrências fora do previsível é menor. Os programas de prevenção deverão ser desenvolvidos por faixas etárias e sexo. A diretoria está trabalhando para viabilizar o mapeamento do perfil de saúde de todos os seus associados com idade igual ou superior a 60 anos. Em paralelo, será apresentado ao secretário da Fazenda, Carlos Martins, um projeto para o mapeamento da saúde dos servidores da Sefaz, aproveitando a expertise da Asfeb no assunto.

Queda no valor da cota

Depois de seis meses sem aumentar a cota do Asfeb Saúde, foi anunciada a nova cota para o trimestre maio/junho/julho, abaixo do valor da anterior.

A cota atual tem como valor referência R\$ 204,19. Já a cota anterior foi fixada pelos associados, em Assembléia Geral realizada em novembro de 2006, no valor de R\$ 215,00.

A redução de 5% do valor da cota nova, comparada com a anterior, decorreu da diminuição média das des-

pesas realizadas no período de outubro a dezembro de 2006 e de janeiro a março de 2007.

Segundo o vice-presidente da Asfeb, Luís Henrique Brandão, a criação da gerência médica, no acompanhamento de pacientes de alto custo, a negociação de preços e novos pacotes de procedimentos cirúrgicos e diagnósticos são algumas das razões que garantiram um melhor acompanhamento e controle de custeio do plano Asfeb Saúde.

Equilíbrio e solidez na gestão da Asfeb

A diretoria da Asfeb vem trabalhando em melhorias contínuas na organização que garantam aos associados uma prestação cada vez melhor dos serviços, tanto na área de saúde, como nas áreas social e de benefícios. O equilíbrio e a solidez da Asfeb podem ser avaliadas por uma série de iniciativas, como a redução da última cota e de outras descritas a seguir:

Fundo de Reserva e FEC

O presidente da Asfeb, Celudes Freitas, informa que, com o objetivo de consolidar a criação do Fundo de Estabilização de Cota, definido em Assembléia Geral, pelos associados, a diretoria abriu uma conta exclusiva para o FEC, que hoje já contabiliza um total de R\$ 402.660,12 em depósitos. Por outro lado, o Fundo de Reserva já conta com um saldo que totaliza R\$ 3.744.008,24, totalizando mais de R\$ 4 milhões de reservas. Além disso, vêm sendo depositadas mensalmente as parcelas referentes à quitação do empréstimo de R\$ 500 mil, relativo ao saque realizado junto ao Fundo de Reserva, autorizado em Assembléia Geral.

Cartão de benefícios

A Asfeb estará, em breve, distribuindo seu Cartão do Clube de Benefícios para os associados titulares. O documento permitirá a identificação do associado, o acesso aos clubes sociais da instituição e aos benefícios resultantes dos convênios e parcerias firmadas. Hoje, os convênios existentes são: Claro, Odonto System, farmácia, seguros de vida e auto. "A idéia é de que haja uma ampliação dessas parcerias, trazendo ainda mais benefícios aos nossos associados. O propósito da diretoria é que no futuro próximo as carteiras relativas aos convênios firmados pela instituição sejam substituídas pela carteira da Asfeb", informa Domenico Fioravanti.

Hospital Português e Itaigara Memorial

Após a conclusão nas negociações da tabela de serviços com o Hospital Português, a diretoria restabeleceu a relação de credenciamento da unidade no que diz respeito aos procedimentos eletivos, desde que previamente autorizados. Com relação ao pronto atendimento (urgência e emergência), continuam suspensos. De acordo com o vice-presidente da Asfeb, Luís Henrique Brandão, os beneficiários que residem na região contam com os serviços do Hospital Espanhol. Já os serviços disponibilizados pelo Itaigara Memorial Day Hospital foram retomados, após o estabelecimento de acordo de preços e normas.

Informática

Dentro do trabalho de profissionalização e modernização da área de informática da Associação, a Asfeb adquiriu recentemente a licença de uso do mais novo sistema operacional da Microsoft – o Windows Vista - que garantem recursos mais aprimorados, dando maior segurança ao fluxo de informações dentro da organização. A instituição comprou também a licença de um novo banco de dados – o SQL -, com maior confiabilidade no armazenamento de informações. Antes, a instituição trabalhava com Paradox, um sistema livre, adequado para uma organização de pequeno porte. Ainda na área de informática, com a entrada no ar do novo site, o associado passa a ter o acesso on-line, em ambiente restrito, a informações como demonstrativos de uso, de débito e de Imposto de Renda.



Médica da Asfeb ganha prêmio

A gerente médica da Asfeb, dra. [Célia Brito](#), ganhou o VIII Prêmio Brasil de Medicina, a mais importante homenagem brasileira da classe médica. A cerimônia de entrega do prêmio aconteceu, em abril último, em São Paulo. Os homenageados são avaliados por um rigoroso processo de seleção, composto de critérios como atuação, competência, responsabilidade social, excelência e qualidade em serviços. Entre os profissionais de saúde que já receberam o Prêmio Brasil de Medicina estão Elsimar Coutinho, Ivo Pitanguy, Dráuzio Varela e Adib Jatene. Médica da Asfeb, Célia Brito é formada pela Ufba, especialista em cardiologia e auditoria médica, atuando também como professora de Clínica Médica, preceptora de residência em Clínica Médica, professora de pós-graduação de Gerência em Saúde em Administração com ênfase em Hospitalar.

Aprovada prestação de contas de 2006

Realizada no início de maio, na Universidade Corporativa da Sefaz, a Assembléia Geral aprovou por unanimidade a prestação de contas da Asfeb relativa ao exercício de 2006. Por dois anos consecutivos, depois do parecer da auditoria externa e do Conselho Fiscal, a diretoria apresenta aos associados os números relativos a todas as ações implementadas no exercício anterior. A idéia, segundo o presidente da Asfeb, Cleudes Freitas, é que esta prá-

tica se torne uma rotina da instituição. "Estamos gerindo um bem coletivo e é nossa obrigação a prestação de contas, elemento básico de uma gestão transparente", afirma.

A mesa coordenadora da Assembléia contou com a participação do presidente do Conselho Fiscal, Antônio Carlos Batista Neves, do vice-presidente da Asfeb, Luís Henrique Brandão, e do presidente do Conselho Deliberativo, Juvêncio Ruy Cardoso Neves. Estiveram presentes



Cleudes, Luís Henrique, Antônio Carlos e Juvêncio Ruy

vários associados, além da conselheira fiscal da instituição, Honorina Cerqueira, os diretores da Asfeb Domenico Fioravanti (Administrativo

e Financeiro), Wadja Barbosa (Secretária Executiva), Jorge Gonzaga (Jurídico) e Eraldo Santana (Social, de Cultura e Esportes).



Um campeonato de integração

O Campeonato de Futebol da Asfeb e Sindsefaz 2007 já está a pleno vapor, com previsão de término em novembro próximo e os jogos acontecendo sempre nos fins de semana. No total, 14 equipes divididas em duas categorias participam do campeonato. Como no ano passado, a disputa é grande, mas sempre dentro do espírito esportivo. Um exemplo disso, foi o Torneio Início, realizado no início de maio, quando se sagraram campeões os times

IGF (à direita), na categoria Sênior, e Vira Copos (à esquerda), na categoria Máster. Os troféus entregues aos capitães das equipes vencedoras homenagearam dois integrantes do fisco baiano, Ademar Ivo Leão e José Aurélio Teixeira, falecidos recentemente.

Segundo o diretor social, de cultura e esportes da Asfeb, Eraldo Santana, em 2007, a grande novidade é apresentada na categoria Máster que passa a contar com duas novas equipes: a

AGE, composta por integrantes da Auditoria Geral do Estado, e a convidada Assemp (Associação dos Servidores do Ministério Público), cujos jogadores são membros da própria associação. Para o presidente do Conselho Deliberativo, Juvêncio Ruy Cardoso Neves, o Campeonato de Futebol da Asfeb é uma oportunidade importante de integração e de lazer para o grupo fisco.

Já o diretor do Sindsefaz, Jorge Claudemiro, vê no campeonato "um ambiente

de total integração, sem divergências de qualquer ordem". Destaque da equipe Boa Idéia, Ilan Nogueira, joga no campeonato há quase dez anos: "Joguei por seis anos como dependentes de meus pais, que são fiscais de tributos. Foi este clima positivo de integração que me estimulou a querer entrar no fisco. Espero que todos nós busquemos transferir para o ambiente de trabalho o clima positivo que vivemos no clube da Asfeb", afirma.



A maior festa do grupo fisco baiano

A tradição foi confirmada mais uma vez. O Forró da Asfeb deste ano mostrou porque a festa é maior confraternização do grupo fisco baiano. Mais de 2 mil associados, familiares e amigos, marcaram presença na casa de shows Espetáculo, na antiga sede do Bahia, na Boca do Rio. A integração e a alegria típica da nossa principal festividade regional foram a marca da festa, que contou com o som das bandas Estakazero, Targino Gondim e Renato Fachine. O Forró da Asfeb contou com o apoio do Sindsefaz, Cooperfisco, Odonto System e Insinuante.

Presente à festa, o secretário da Fazenda, Carlos Martins ressaltou a im-

portância do grupo fisco manter no seu dia-a-dia o espírito de confraternização e encontro. "Quero que este seja uma marca da minha gestão. E é essa lógica que tentarei imprimir: a de ter acima de tudo a valorização do humano e, para isso, um ambiente integrador", disse. Para a secretária-executiva da Asfeb, Wadja Barboza, em meio à atmosfera da maior festa típica do Nordeste, "os colegas, que não se vêem no cotidiano do trabalho, têm a oportunidade de se reencontrar em um ambiente de alegria e confraternização", avaliou.

Para o presidente do Conselho Deliberativo da instituição, Juvêncio Ruy Cardoso Neves, o Forró da Asfeb é um dos

grandes momentos de confraternização do fisco. "Conseguimos socializar o nosso encontro para que contemos com a participação de todos os segmentos que compõem a Fazenda estadual. Até mesmo quem não é do grupo fisco participa", observou. Já para o presidente do Conselho Fiscal, Antônio Carlos Batista Neves, a Asfeb é um ponto de convergência, onde se une todo o grupo fisco. "Nesse sentido, sua maior festa só poderia mesmo ser um momento de festejarmos a união e integração do grupo", concluiu. O Forró da Asfeb contou com a participação também dos membros da Associação dos Gestores Governamentais do Estado da Bahia.





Bahia sedia maior encontro



O encontro contou com a presença de representantes de todos os estados

Autonomia do fisco estadual, reforma tributária, previdência social e sustentabilidade dos regimes próprios e tributos verdes foram alguns dos temas debatidos durante o VI Congresso Nacional da Febrafite, que reuniu em Salvador, no período de 4 a 7 de junho, fiscais de tributos estaduais de todo o país. Participaram do encontro autoridades políticas como os senadores Paulo Paim (PT-RS), o ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-deputado federal, Germano Rigotto (PMDB), e o deputado federal João Eduardo Dado (PDT-SP), representando o Congresso Nacional, Rogério Macanhão,

presidente da Fenafisco, além de especialistas nacionais e internacionais. O evento foi realizado pela Febrafite, com apoio financeiro da Bahiatursa e apoio operacional da Asfeb.

Presente à abertura do evento, o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Carlos Martins, ressaltou a excelência técnica dos fiscais de tributos baianos e destacou a importância de encontros semelhantes para a atualização e congraçamento da categoria. "A união é fundamental, em especial para a qualidade no ambiente de trabalho", observou. Já o presidente da Febrafite, Roberto Kupski,



O encontro foi aberto por Cleudes



Depois da delegação Bahia, as maiores delegações do VI Congresso Nacional foram a do estado do Ceará (à esquerda) e

nacional dos fiscos estaduais

observou que a presença do secretário estadual poderia ser entendida como uma homenagem a todo o fisco estadual nacional e reafirmou a importância da união da categoria em torno de interesses comuns. Na ocasião, aproveitou para enfatizar a importância dos estados terem a responsabilidade de manter um regime próprio de previdência para seus servidores.

Em seu discurso de boas-vindas aos participantes, o presidente da Asfeb, Cleudes Freitas, agradeceu à diretoria da Febrafite a confiança depositada na Asfeb, necessária para tornar a Bahia sede do VI Congresso Nacional. Lembrou ainda dos colegas que não estavam presentes, certamente por não terem podido se desvencilhar de suas tarefas e se encontrarem trabalhando nos seus plantões nos postos fiscais.

Cleudes ressaltou também a importância do fisco estadual alcançar um número maior de seus representantes nas instâncias legislativas e executivas em todas as esferas da Federação. "Na realidade, a nossa expectativa é que tenhamos, no futuro próximo, uma interlocução mais direta com os poderes Executivo e Legislativo, cruciais na tomada de decisões e no exame e aprovação de leis que dizem respeito diretamente a todos nós como cidadãos, como servidores públicos ou ainda, mais especificamente, como fiscais de tributos", disse.



a do Distrito Federal (acima)

Germano Rigotto e Roberto Kupski defendem reforma tributária

Instituição que representa cerca de 30 mil fiscais de tributos estaduais de todo o país, a Febrafite apresentou durante o encontro de Salvador sua proposta de reforma tributária, que será encaminhada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Segundo o presidente da Federação, Roberto Kupski, a proposta preserva o Pacto Federativo, simplifica o Sistema Tributário Nacional e valoriza as administrações tributárias, beneficiando todo o Fisco Estadual Brasileiro.

Pelo documento, haveria a extinção de impostos como ISS, IPI, Cofins, PIS, Pasep, a Contribuição Social do Salário-educação. Além disso, o ICMS teria seu campo de atuação alargado, passando a congrega a totalidade das prestações de serviços. Kupski afirma ainda que a proposta da Febrafite prevê também uma redivisão do bolo tributário, hoje excessivamente concentrado na União, que fica com 80% dos tributos arrecadados, enquanto 25% são repassados para os estados e 5% para os municípios. "O que estamos propondo é que a União tenha direito a 55%, 27,5% fique com os estados e 17,5 sejam destinados aos municípios. Isso significa que os prefeitos deixariam de andar por aí com um pires na mão", observou.

Para Germano Rigotto, o ex-governador e ex-deputado federal, que



Kupski entrega a Rigotto proposta de reforma tributária

presidiu a Comissão Especial de Reforma Tributária no Governo FHC, é importante que haja vontade política de se fazer a reforma que o país precisa. "O Governo Lula tem se mostrado interessado em promover uma nova e efetiva reforma. Tem ambiente político para isso – economia saudável, maioria no Congresso e respaldo da sociedade", disse.

Entre as razões que levaram à aprovação de uma reforma tímida no passado estão, no seu entender, o fato do governo federal não querer promover uma nova redistribuição do bolo de tributos e os interesses dos grandes grupos econômicos que vêm ganhando com o atual quadro tributário. Ele defende a substituição de um ISS, IPI, Cofins, PIS e Pasep por um IVA federal. E a troca dos ICMS por um IVA estadual, com legislação única que evitaria a "guerra fiscal" entre os estados.

Previdência Social e regimes próprios



Denise Gentil: dados desmistificam a crise da Previdência Social

A crise na Previdência Social é resultado de uma manipulação estatística. A afirmação foi feita durante o Congresso da Febrafite pela professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Denise Gentil. Na ocasião, ela apresentou dados voltados a desmistificar a crise da Previdência, supostamente resultante de falência histórica – composta por envelhecimento da população, baixa taxa de natalidade, elevação do salário mínimo e aposentadoria precoce, dentre outros fatores.

Para a pesquisadora, trata-se de um modo de manipulação em prol de interesses econômicos que nada têm a ver com seguridade social. Denise Gentil afirmou que a discrepância principal está na forma de calcular o financiamento da Previdência. “A maneira correta de cálculo envolveria receitas que não são consideradas, e que, calculadas, chegariam a um saldo positivo de R\$ 8,2 bilhões”, disse.

Gentil mostrou como este saldo acaba sendo apropriado pela política

econômica de manutenção de *superávits* primários, adotada pelas correntes ortodoxas de gestão que ocupam o Banco Central. “Todos os grandes proprietários de títulos públicos do governo acabam sendo os beneficiários diretos desse déficit artificial, favorecidos pela política econômica”, avaliou.

Já o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado e vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador paulista Aymoré de Mello, acredita que os regimes previdenciários próprios só serão auto-sustentáveis a partir do momento em que os marcos normativos constitucionais e intraconstitucionais forem cumpridos pelos governantes dos entes federativos que instituírem regimes próprios.

“Vamos imaginar 33% de contribuição previdenciária sobre o valor total da folha mensal de pagamento de cada ente multiplicado por 35 anos de contribuição – tempo mínimo exigido para aposentadoria dos homens.



Aymoré defende regimes próprios

Contando com as variáveis que incidem sobre essa equação autorial, o aporte de recursos dessa massa funcional mensal pelo ente federativo para um fundo público estatal será mais do que suficiente para sustentar qualquer regime das carreiras típicas do Estado”, observou de Mello.

Num tom mais eloqüente, ele avaliou que o “x” da questão está no discurso do que ele chama de “mídia de aluguel”, que defende a ambição do capital financeiro nacional e internacional de abocanhar aquilo que é o maior patrimônio funcional do servidor público – a sua previdência. “O objetivo da disputa representa 33% do total da contribuição sob a folha de pagamento. É uma massa financeira descomunal que o setor privado quer ver disponível para ele. Em outras palavras, a teoria que faz a apologia do déficit dos regimes próprios quer a privatização da previdência do setor público para tirar da administração do Estado uma competência e responsabilidade que lhe cabe”, concluiu.

Especialista pede autonomia para o fisco

Para a sociedade alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo é fundamental que sejam valorizadas as carreiras de Estado que garantem as políticas de longo prazo. A avaliação é do presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, Juarez Freitas, que durante o Congresso enfatizou a importância de garantir autonomia e independência para as chamadas carreiras públicas estáveis: fisco, promotores públicos, magistratura e diplomacia. “São carreiras que devem ser pronunciadamente mais de Estado do que de governo. E é evidente que o fisco deve ser equiparado a essas outras carreiras de Estado na sua autonomia”, disse.

No seu entender, o fisco brasileiro tem que ter autonomia orçamentária, administrativa e funcional, como tem o

Ministério Público, o Judiciário e a Defensoria Pública. “As carreiras do fisco são as que garantem o ingresso de recursos nos cofres públicos, viabilizando assim os investimentos necessários para que o Estado atenda as demandas socioeconômicas da sociedade. O investidor sério quer, por exemplo, regras institucionais estáveis no longo prazo. E quem pode assegurar isso são as carreiras estáveis, já que os governantes passam”, observou.

Juarez Freitas lançou, durante o evento, o seu livro “Carreiras de Estado – Administração Tributária”, editado pela Febrafite. Nele, estão propostas 21 iniciativas voltadas à valorização do fisco, dentre as quais podem ser destacadas a visão integrada do fisco brasileiro em



Juarez: livro defende sua proposta

todos os entes federativos, a independência funcional, a autonomia administrativa e orçamentária, implantação da escolha do principal condutor dos fiscos mediante lista triplíce etc.

Jurista sugere criação de “Imposto Verde”



Derani: redução de tributos para quem preserva o meio ambiente

Uma das maiores especialistas brasileiras em Direito Ambiental, Cristiane Derani defendeu durante o Congresso da Febrafite que todos os estados brasileiros, a exemplo de São Paulo, Paraná e Acre, criem mecanismos fiscais e tributários voltados a estimular as empresas a adotarem medidas de proteção ao meio ambiente. “É preciso que o Estado assuma para si a responsabilidade de ser um indutor do desenvolvimento sustentável”, disse.

Entre os benefícios do que ela chama de “Imposto Verde” para as empresas estão a redução da carga tributária e o incentivo à adoção de tecnologias limpas. Para Derani, o crescimento econômico precisa ser avaliado criticamente, uma vez que não se pode deixar de observar especialmente os efeitos ambientais do crescimento como medida para o aumento do bem-estar.



Pela participação política do fisco

Qual a importância do fisco estadual ter seus representantes nas diversas esferas dos poderes legislativos e executivos?

JED – Nas últimas décadas, o país tem observado o trabalho cada vez mais intenso do poder econômico e do capital no sentido de fragilizar as carreiras exclusivas do Estado e seus agentes. E dentre elas, notabiliza-se o esforço em fragilizar o fisco, quer seja da União, dos estados e dos municípios. Na Constituição de 1988, observamos uma estratégia específica de negar aos integrantes do fisco a paridade que era conferida a outros servidores. Felizmente, em razão de uma ampla mobilização, foi possível evitar que isso acontecesse. Agora, a partir do ano passado, tivemos, no Congresso Nacional, a discussão da Emenda nº 3 que também subtrai do fisco a sua competência e a sua autoridade administrativa de promover as atuações, remetendo para o Judiciário uma decisão que é competência específica do fisco e está vinculado ao poder de polícia do Executivo. Essa Emenda nº 3 foi vetada pelo presidente Lula e está de retorno ao Congresso para ser apreciado o veto. Este é um dos exemplos da importância do fisco ter integrantes da carreira para promover a defesa técnica, com consciência política, da relevância da categoria para a própria existência do Estado.

Como o sr. avalia esta importância?

JED - Dentre todas as carreiras, aquela que possibilita o ingresso dos recursos e que promove a obrigatoriedade do cumprimento da lei é exatamente o fisco. Por isso, fazemos o apelo para que haja um trabalho coordenado e organizado de levarmos mais integrantes do fisco a serem eleitos. Isso se faz através de uma decisão agora, uma escolha preliminar de nomes e um início já de um trabalho por esses escolhidos no campo político, não só de filiação a um partido, mas também de estabelecermos uma rede humana, de tal maneira que tivéssemos em cada cidade de cada estado um colega que se dispusesse a fazer um trabalho no campo político partidário. Este colega estaria trabalhando por um ou dois nomes em cada um dos estados, de tal modo que, daqui a três anos, quando teremos as eleições, ao invés de termos um único representante no Congresso Nacional, tenhamos cinco ou sete representantes. E, com isso, através dessa bancada do fisco, tenhamos a força política para defender os anseios e os interesses do grupo no Brasil todo.



Único representante dos fiscos estaduais no Congresso Nacional, o deputado federal João Eduardo Dado defende a união dos fiscais de tributos em torno de nomes que efetivamente possam defender os seus direitos junto aos poderes Executivo e Legislativo. Em entrevista exclusiva, ele fala aos associados da Asfeb, entre outros assuntos, sobre participação política do fisco, autonomia administrativa e orçamentária

Neste caso, há uma questão prática: como equacionar eventuais diferenças internas para que o fisco chegue a um nome ou nomes de consenso, que efetivamente unam o grupo. Como isso pode ser feito?

JED – Uma das formas é que temos eleições em diversos níveis: municipal, estadual e federal. O fundamental não é a pessoa se dispor a ser candidato; é a maioria da categoria estar interessada em apoiar aquela pessoa; o que é muito diferente da vontade pessoal. Acredito que essa experiência não é simples. Pode ao longo do tempo ter alguns percalços, mas acho que ela valoriza o processo de escolha e poderá ser exitosa. De toda sorte, acho que o pior é não fazermos nada, porque assim não teremos quem nos defenda e avalie os assuntos eminentemente técnicos que muitas vezes são desfigurados no Congresso e trazem prejuízos para o próprio Estado e a sociedade.

Durante o Congresso da Febrafite, Juarez Freitas defendeu a autonomia administrativa e orçamentária para o fisco, semelhante ao Judiciário e Ministério Público. O que o sr. acha dessa idéia?

JED – Isso seria importantíssimo. Acontece que dentre as carreiras que exercem funções específicas do Estado, aquela que é mais temida é justamente o fisco, pela sua competência e sua autoridade administrativa em promover as atuações e, portanto, reclamar para o Estado os recursos tributários. Acredito que seja uma tarefa bastante difícil de ser alcançada. Mas o simples fato de lutarmos essa luta já significa uma perspectiva de defendermos outros direitos que possam ser usurpados ao logo de um processo político que venha se consolidar, a exemplo da Emenda nº 3, que estava retirando efetivamente autoridade administrativa do fisco e teve a aprovação de mais de 2/3 da Câmara e do Senado. Mas, temos um cenário desfavorável, o que nos leva a conclusão de que será mais difícil a conquista desta autonomia, do que foi para juizes e promotores, na Constituinte de 1988. Entretanto, sou partidário dessa tese. Mais do que qualquer outra carreira, o fisco - que é essencial ao funcionamento do Estado e essa norma já está contida na Constituição - deveria ter um capítulo específico e deveria gozar de uma autonomia não só funcional, como administrativa e financeira, para que pudesse exercer plenamente sua função fiscalizatória.

Existem em outros países experiência de autonomia do fisco?

JED – Nos Estados Unidos, por exemplo, os agentes do fisco federal têm não só o poder de polícia como também o de julgar quanto o contribuinte deveria pagar de tributos, o que é um avanço do ponto de vista da competência daquele agente público. Então, o fiscal de tributos norte-americano pode dar ordem de prisão e prender o contribuinte irregular, tem autoridade administrativa de fazer a cobrança de tributos e, mais do que isso, tem a competência de julgar o nível de tributação que dever ser aplicado ao contribuinte. Esta característica dá ao agente do fisco dos Estados Unidos um super poder, e é por isso que exercitam tão bem a sua tarefa, de tal sorte que lá os índices de sonegação e fraude são significativamente menores do que no Brasil, onde o fisco fragilizado não consegue exercer plenamente suas funções.